
A construção social das identidades trans na Folha de S.Paulo: análise das fontes citadas (1998-2008-2018)¹

Tatiana CLÉBICAR²

Kátia LERNER³

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

A construção social do termo transgênero vem sendo, ao menos em parte e em paralelo com outros espaços de produção de sentidos, apresentada e ressignificada pelo campo jornalístico. Esta pesquisa exploratória identifica, quantifica e analisa as fontes citadas nas reportagens sobre transgêneros na Folha de S.Paulo. O objetivo é conhecer atores privilegiados na produção social de sentidos sobre essas identidades e os campos sociais em que ocorrem disputas simbólicas relacionadas ao tema. No total, foi analisado um conjunto de 76 textos que citavam 216 fontes. Uma comparação entre os anos de 1998, quando a palavra foi publicada pela primeira vez, 2008 e 2018 mostra que as menções ao termo têm crescido em duas décadas e que este jornal privilegiou fontes dos campos político e artístico, além de pessoas trans. Atores do campo médico foram menos acionados, sugerindo construções discursivas que tendem a se afastar de uma visão medicalizada dessas experiências.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; transgênero; jornalismo; fontes jornalísticas; comunicação e saúde.

INTRODUÇÃO

A multidão de gente que tingiu o centro de São Paulo com as cores do arco-íris no último 22 de junho reeditava um movimento que se originou em 1997. Naquele ano, três faixas da mesma Avenida Paulista foram ocupadas por aproximadamente 400 participantes da então chamada Parada do Orgulho GLT (ASSOCIAÇÃO DA PARADA DO ORGULHO LGBT, 2019). Além da quantidade de público, ao longo de 23 desfiles anuais, a iniciativa ampliou também a diversidade de tipos de orientação sexual e identidade de gênero reconhecidos desde então. A sigla, que à época contemplava gays,

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fiocruz, e-mail: tatiana.clebicar@gmail.com

³ Orientadora do trabalho; doutora em Sociologia e Antropologia (UFRJ), pesquisadora do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fiocruz, email: katia.lerner@icict.fiocruz.br.

lésbicas e travestis nessa ordem, foi reformulada em 2008. A renomeação buscava traduzir os debates travados pelos movimentos sociais, que continuam a se atualizar no Brasil e no mundo⁴. Decidiu-se pôr o L em primeiro lugar, incluir o B de bissexuais e alargar os sentidos da letra T. Sob o termo transgêneros, pretendia-se dar visibilidade a uma população que performa um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído ao nascer.

A construção social do termo transgênero vem sendo, ao menos em parte e em paralelo com outros espaços de produção de sentidos, apresentada e ressignificada pelo campo jornalístico. Nele, o jornal, a despeito de todas as tensões fomentadas pelas novas tecnologias de informação, ainda preserva relevância pelas formas que seu dispositivo enunciativo oferece. A superfície da página do jornal é comparável à de um diamante em que cada faceta corresponde a um olhar lapidado, que produzirá sentido com o leitor: “nela não encontramos um discurso neutro, mas uma montagem de vozes” (MOUILLAUD, 2012b, p. 171).

Considerando, assim, o jornal como uma instância organizadora de vozes que ora se afinam, ora destoam, este trabalho tem como objetivo identificar, quantificar e analisar as fontes citadas nas reportagens sobre transgêneros a fim de se compreender alguns aspectos relacionados à construção social das identidades trans. Consiste em pesquisa exploratória de um projeto de doutorado que trata da articulação de atores dos campos jornalístico, médico, político e religioso sobre a questão trans. Partindo das proposições teóricas de Bourdieu (1996, 2005a, 2005b, 2011), assume-se que os regimes de verdade em que cada um desses campos se estruturam são fundados em bases distintas que, no entanto, entrelaçam-se. Há dentro deles e entre eles disputas discursivas e negociações simbólicas que, estudadas, podem contribuir para o entendimento e o enfraquecimento das forças alegóricas e concretas que colocam o Brasil na liderança dos países onde mais se matam pessoas que não se enquadram nos retículos da matriz heteronormativa (TRANSGENDER EUROPE, 2018).

(TRANS) GÊNERO, UM CONCEITO EM DISPUTA

A emergência das questões de gênero é uma das marcas de nossa época. Ao mesmo tempo em que movimentos sociais intensificam a luta por direitos e proteção para

⁴ Desde 2016, a Comissão de Direitos Humanos de Nova York reconhece 31 formas de expressão de gênero.

grupos vulneráveis aos efeitos do modelo patriarcal, como a recente criminalização da homo e transfobia (BRASIL, 2019), e que o campo científico⁵ se interessa mais pelo tema (RODRIGUES, 2018), uma onda reacionária se avoluma no campo político, onde atores ganham visibilidade com declarações que visam a combater a temida “ideologia de gênero” (CUNHA, 2017).

Cabe, contudo, explicitar de que gênero se está tratando. O termo comporta tanto uma dimensão descritiva quanto analítica. Assim,

considerada em sua historicidade, a categoria gênero se apresenta de modo complexo, envolvendo não só relações e características entre os sexos, mas indo além, sendo determinada também, numa dinâmica temporal, por elementos que são, ao mesmo tempo, significativos no que se refere às relações entre sociabilidade e cultura. Trata-se de apreender como se efetivam as relações sociais entre os indivíduos e as particularidades produzidas, mediante a forma como se organizam e o modo como absorvem e reproduzem **valores, poder e direitos** nos mais diferenciados ambientes como o trabalho, a família, a política, e nas relações afetivo-sexuais. Ou seja, trata-se de identificar como os valores objetiva e subjetivamente construídos são introjetados, vivenciados e reproduzidos na vida cotidiana. (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p.12, grifos nossos)

Um breve histórico do conceito é útil para situar o debate. Os estudos de gênero se desenvolveram na segunda metade do século XX e são tributários de *O segundo sexo*, obra de Simone de Beauvoir. Ao afirmar que “ninguém nasce mulher; torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2019, p.11), a autora explicita a dimensão relacional da construção dos papéis sexuais, ressaltando que a mediação do outro é fundamental para que haja *outros*. O livro que acaba de completar 70 anos alimentou o movimento feminista no final dos anos 1960 e início dos 1970 quando uma nova geração de autoras se pôs a pensar sobre a política sexual, marcadamente com um recorte de classe, na América do Norte (FRIEDAN, 1971; RUBIN, 1997), na Europa (MILLETT, 1969) e no Brasil (SAFFIOTTI, 1976). O termo estava simultaneamente vinculado à reivindicação coletiva de direitos e à produção de um conhecimento que desvelava a divisão sexual do trabalho. Cunhado a partir dessa abordagem materialista e dialética, o conceito “expressa a rejeição do destino biológico anunciado no discurso sociocientífico” (GIFFIN, 1995, p.30) e evidencia a opressão que o sistema patriarcal exerce sobre as mulheres na intimidade do lar e no espaço do trabalho, da infância à velhice. A perspectiva interseccional ganhou

⁵ O próprio Intercom elegeu o tema como mote para o congresso de 2018, quando também inaugurou o GP Estéticas, políticas do corpo e gênero.

relevo na década de 1990. Anyon (1990) e Castro (1992) observaram, em trabalhos empíricos muito distintos, como faixa etária, classe, raça, etnia e aspectos culturais acirram as coerções sobre esses corpos nas esferas pública e privada.

O final do século XX mostrou que tais opressões não são prerrogativas das mulheres e são exercidas também sobre os indivíduos que não se identificam ou se comportam segundo a masculinidade hegemônica. Essa percepção representou um ponto de inflexão nas teorias feministas, capitaneado por Butler (2017). A autora rompeu com a oposição sexo/natureza/biológico x gênero/cultura/social e inaugurou a possibilidade de que o ser que se torna mulher não fosse, exclusivamente, um ser dotado de vagina. Butler defende que o conceito de sexo e mesmo sua codificação cromossômica são tão culturalmente construídos quando o de gênero. Se por um lado a proposição lhe rendeu duras críticas – ainda vigentes – dos movimentos feministas mais radicais, favoreceu a emergência e o reconhecimento das identidades trans (RODRIGUES, 2005). Não significa dizer que manifestações assemelhadas ao que se vive contemporaneamente não existissem – vide o diário oitocentista de Alexina B, nascida Herculine Barbin (REGO; MARCONDES, 2018). A fluidez das expressões de gênero, contudo, só pode ser testemunhada em razão de um cenário discursivo que lhes dá visibilidade. Apenas o que nomeado pode ter existência (FOUCAULT, 2012).

A transexualidade é comumente definida como “um desacordo entre o que se costuma chamar de ‘sexo biológico’, de um lado, e o gênero, de outro” (COELHO; SAMPAIO, 2014, p. 13). No entanto, essas vivências não se restringem a um enquadramento biológico e a compreensão de sua emergência no campo das Ciências Sociais depende também das “articulações históricas e sociais que produzem os corpos e as identidades sexuais” (COELHO; SAMPAIO, 2014, p. 13). Essas articulações se expressam desde a nomeação das experiências particulares e coletivas. Os termos travestis, transexuais e transgêneros carregam e constroem sentidos que ora se aproximam, ora se distanciam. Os sujeitos trans se autodeterminam por apenas um deles ou mais de um. Respeitada nacional e internacionalmente por suas pesquisas sobre transexualidade, Bento (2017) abandonou o termo transgênero como categoria analítica e política por considerar que apaga diferenças, embora não negue o direito à autodeterminação dos indivíduos. Se para a autora o termo guarda-chuva pode encobrir nuances políticas por generalizar as nomeações, esta característica pareceu apropriada

para a escolha do descritor justamente por essa ser uma das estratégias discursivas do jornalismo.

Outro aspecto que compõe o cenário e não pode deixar de ser levado em conta é a relação de novas práticas médicas com os processos de produção de subjetividade. A existência de pessoas trans é ressignificada pelas possibilidades ofertadas pela medicina. No Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos para redesignação sexual passaram a ser incorporados no rol de serviços ofertados há pouco mais de uma década. Entre 2008 e 2016, foram realizadas 349 intervenções cirúrgico-hospitalares e 13.863 procedimentos ambulatoriais relacionados ao processo transexualizador (VALADARES, 2017). É preciso, porém, diferenciar a biomedicalização da patologização das identidades trans. A biomedicalização se caracteriza por abarcar “transformações de corpos para incluir novas propriedades e a produção de novas identidades tecnocientíficas individuais e coletivas” (Clarke et al, 2003, p.161, tradução nossa). Como Lerner e Vaz (2017) destacam, a compreensão de fenômenos biológicos pela lógica médica não é uma relação causal necessária. Ainda que a comunidade LGBT tenha comemorado recentemente a despatologização das identidades trans, elas permanecem presentes na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-11)⁶, vista em parte como tentativa de assegurar os cuidados necessários antes, durante e após a transição, que pode ser cirúrgica ou não. Essa ressalva leva a questão para o campo jurídico onde também têm reverberado as disputas em torno da transgeneridade. Ventura (2010) estudou o fenômeno transexual na saúde e no direito e percebeu alguns avanços na primeira década do século XXI. Mais recentemente, em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que pessoas trans têm direito de alterar seu registro civil sem necessidade de passar pelo processo de redesignação sexual (BRASIL, 2018).

As controvérsias de que o tema é objeto a depender do campo social de onde o encaramos remetem para o outro ponto teórico deste trabalho: a noção de campo de Bourdieu (1996), mais especificamente a de campo jornalístico.

⁶ Após 25 anos de vigência da versão anterior, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tornou público, em junho de 2018, a nova edição. Atualizado periodicamente, o documento visa a padronizar a linguagem sobre morbidade e mortalidade sob códigos únicos em que lesões, doenças e causas de morte são descritas e categorizadas, permitindo compilações, comparações e análises estatísticas globais sobre agravos à saúde. Tal versão reconfigura a definição das identidades trans, deslocando-a do capítulo dedicado à saúde mental para um novo, sobre saúde sexual. A alteração foi noticiada por jornais de todo o mundo.

O CAMPO JORNALÍSTICO

Bourdieu (2005b) defende que para se combater a violência exercida contra cidadãos é necessário compreender o sistema de forças que operam nos campos sociais, que ele conceitua como

campo de forças possíveis, que se exercem sobre todos os corpos que nele podem entrar, o campo do poder e também um campo de lutas, e talvez, a esse título, comparado a um jogo: as disposições, ou seja, o conjunto das propriedades incorporadas, inclusive a elegância, a naturalidade ou mesmo a beleza, e o capital sob suas diversas formas, econômica, cultural, social, constituem trunfos que vão comandar a maneira de jogar e o sucesso no jogo. (BOURDIEU, 1996, p.24)

Ao estudar as relações entre os campos político, científico, cultural e jornalístico, Bourdieu (2005b) observou que tais espaços têm fronteiras permeáveis que circunscrevem microcosmos regidos por leis próprias que pautam as disputas ou a manutenção de poder. Pela maneira como se constituiu desde o século XIX, o campo jornalístico está sujeito a pressões externas exercidas pelos agentes de outros campos. Em contrapartida, também é capaz de exercer um certo grau de heteronomia sobre outros, como o político, o científico, o cultural e – por que não acrescentar? – o religioso. Para entender como operam essas relações, afirma o autor, é preciso desvelar as estruturas invisíveis que lhes sustentam.

Assim, julgamos oportuno identificar as inter-relações entre os saberes presentes e ausentes no campo jornalístico e investigar as formas pelas quais constituem as práticas discursivas. Para tanto, elegeu-se como estratégia a análise das fontes jornalísticas, “instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público” (LAGE, 2006, p. 21), elementos fundamentais para a construção da notícia. A partir da perspectiva de Mouillaud (2012a), defende-se aqui que as fontes conservam índices de exterioridade dos enunciados. Para Chaparro (1996), mais do que falas, elas produzem atos e ações sociais noticiáveis, o que evidencia o poder simbólico que detêm.

METODOLOGIA

Considerando a transversalidade do campo jornalístico, a pesquisa utiliza o jornal como ponto de partida para compreender a articulação entre os campos em que são travadas disputas relacionadas à construção social das identidades trans. Para este trabalho, elegemos a Folha de S.Paulo. Essa opção se justifica tanto pela relevância da

publicação, que ocupa o primeiro lugar em circulação impressa e digital, conforme dados auditados pelo Instituto de Verificador de Comunicação (FOLHA DE S.PAULO, 2019), quanto pela disponibilidade de consulta ao acervo digitalizado (<https://acervo.folha.com.br/>).

A busca foi realizada com o uso do descritor “transgênero” e contemplou um período de duas décadas desde a primeira menção, em 16 de agosto de 1998. Foram localizadas 554 páginas. Dado o volume do material a ser analisado, elegeu-se um recorte de três anos: 1998, 2008 e 2018. As páginas publicadas em cada um desses marcos foram coletadas, eliminando-se as edições duplicadas⁷; as páginas do Guia da Folha, caderno de entretenimento e programação que circula apenas na Grande São Paulo; e os “tijolinhos”, sinopses de filmes, peças de teatro e outras produções artísticas. Foram incluídas ainda páginas contíguas que não continham o termo buscado, mas compunham a íntegra das notícias em que o termo era citado. No total, foi analisado um conjunto de 76 textos (matérias, notas, artigos, críticas) publicados em 90 páginas.

As fontes foram, então, classificadas de acordo com categorias definidas *a priori*, incluindo os campos alvo do interesse deste trabalho. Uma terceira etapa consistiu na comparação das fontes citadas nos anos que marcam o início e o fim do recorte, já que no ano de 2008, o único texto localizado – uma fotolegenda da Parada do Orgulho LGBT – não trazia qualquer fonte.

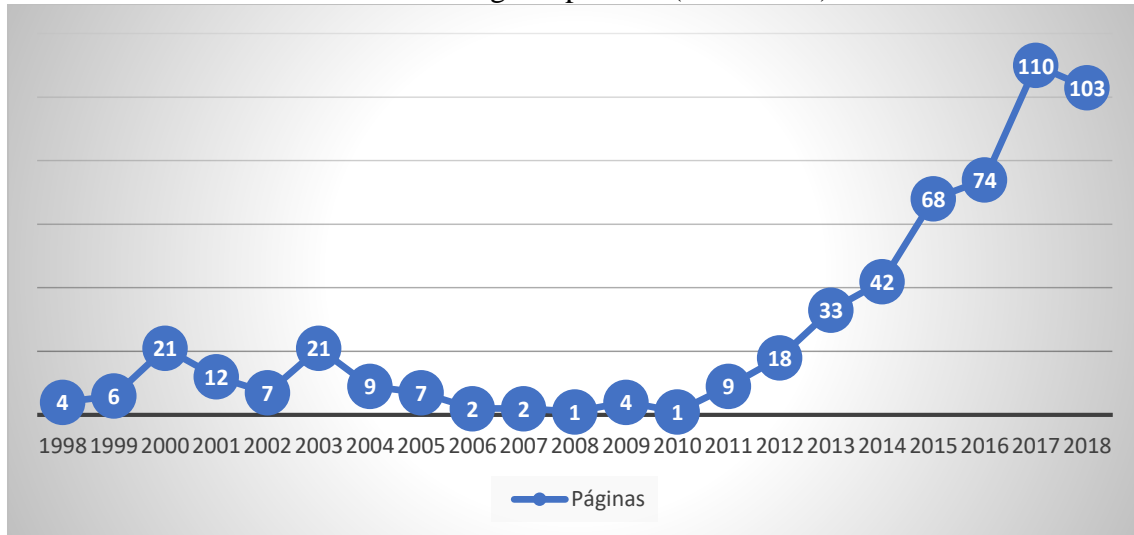
RESULTADOS E DISCUSSÃO: QUEM FALA SOBRE TRANS?

A pesquisa no acervo mostra que o uso do termo “transgênero” é recente em comparação com os termos “travesti” e “transexual”, ambos mencionados pela primeira vez ainda na década de 1960. Desde 2010, embora tenha apresentado pequeno decréscimo na comparação entre 2017 e 2018, as menções a “transgênero” têm sido crescentes, como mostra o Gráfico 1 cujos valores referem-se ao número total das páginas localizadas, antes dos expurgos necessários às análises posteriores. A curva sinaliza para a incorporação da palavra ao léxico do jornal. Essa ideia é corroborada pelo fato de que um dos textos captados tratava do lançamento do Manual de Estilo da Redação e, entre os acréscimos à nova edição, seu sentido era um dos destaques. Segundo o jornal, “usa-se o termo

⁷ Neste caso, foram priorizados clichês mais atualizados.

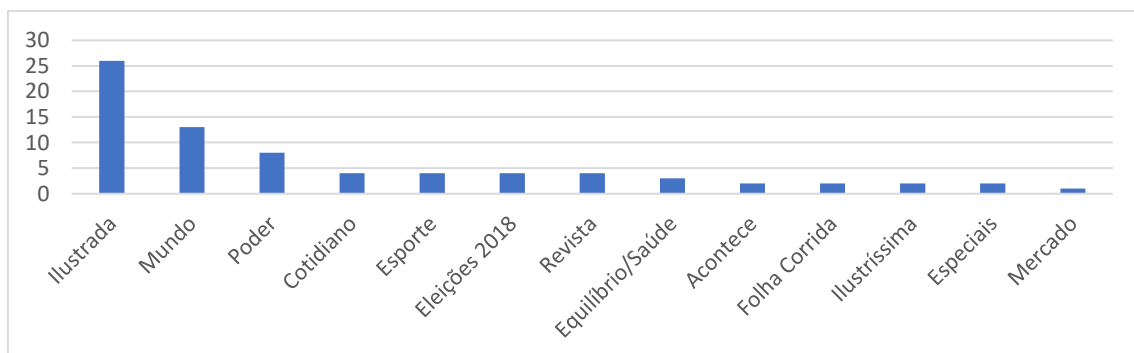
transgênero em relação a uma pessoa que não se identifica com o sexo biológico. Ao escrever sobre transgênero, adote a identidade declarada da pessoa. Não confunda transgênero com orientação sexual” (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 3).

Gráfico 1: Páginas por ano (1998-2018)



A presença crescente de enunciados com o termo transgênero indica que houve condições sociais para que fossem produzidos. Conforme sustentado por Foucault (2012), os discursos detêm positividade à medida que constroem aquilo de que falam e o ato de nomear é o que define o conjunto daquilo que é possível. Os textos também foram classificados por editorias a fim de se cotejarem os campos de origem das fontes com a “divisão geografia” do jornal. Dedicada às notícias sobre cultura, a Ilustrada foi a que mais vezes tratou do tema, conforme o Gráfico 2, sugerindo que o campo artístico ou cultural encontrou na Folha um espaço privilegiado para a construção dos sentidos relacionados às identidades trans.

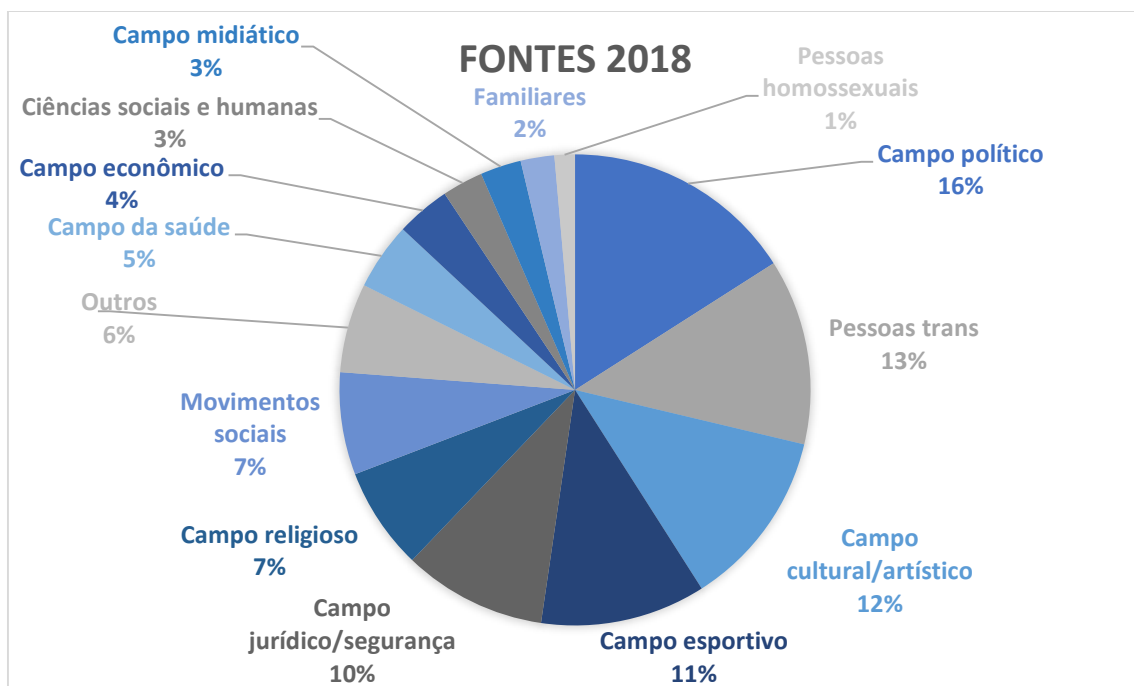
Gráfico 2 – Textos por editorias



A etapa seguinte consistiu na identificação e análise das fontes. Em 1998, o jornal apresenta o termo numa matéria curta publicada na então chamada Revista da Folha (atualmente Revista São Paulo), sob o título “O novo vocabulário”. As duas fontes citadas, assim como a terceira mencionada em outra matéria no mesmo ano e editoria, eram artistas trans de fora do Brasil: as cantoras RuPaul e Dana Internacional e o cineasta Hans Schreiel. A opção por introduzir o novo termo por meio de atores do campo da cultura diz muito da forma como este periódico trata as questões de gênero. Em levantamento anterior em um jornal do Rio de Janeiro, observamos que o uso do termo também foi inaugurado por uma fonte trans do campo da cultura, mas foi acompanhado de uma explicação para a questão formulada por fontes individuais e institucionais do campo médico, a saber da psiquiatria.

Duas décadas depois, em 86 páginas foram localizadas 213 fontes, entre individuais e institucionais. Essas fontes foram classificadas pelas categorias escolhidas, conforme apresentado no Gráfico 3. É preciso mencionar que 11 textos não explicitavam fonte alguma, o que implica numa apropriação do discurso pelo veículo (MOUILLAUD, 2012a).

Gráfico 3 – Fontes por categorias



O Gráfico 3 mostra que atores do campo político (16%) predominaram em 2018. Este grupo engloba fontes vinculadas a postos nos poderes executivos ou legislativos do Brasil ou do exterior. Estão compiladas as citações a presidentes, representantes de estados e municípios, incluindo ministros, secretários, assessores, além de legisladores dos três níveis de governança e ainda candidatos a esses cargos. Alguns desses atores têm uma inserção dupla. Por exemplo, houve menções a parlamentares que são também membros ativos, inclusive com funções de liderança, em organizações religiosas. Nesses casos, a classificação da fonte se deu em função da credencial prioritária destacada pelo jornal. Pessoas trans compõem a segunda fatia mais expressiva em matérias sobre o tema (13%). Pela relevância de suas identidades, essa característica se sobrepôs a qualquer outra durante a classificação. Pareceu importante destacar essas fontes como comunidade discursiva específica. Assim, uma atriz trans, ouvida sobre o lançamento de uma peça ou filme, quando teve sua identidade de gênero mencionada – e isso sempre ocorreu – foi incluída na categoria “Pessoas trans” e não “Campo artístico”, a terceira mais representativa (12%). Essa opção, porém, não pode ser feita quando a identidade de gênero das fontes não foi explicitamente mencionada. Essa lógica também foi aplicada a pessoas homossexuais (1%) e familiares de LGBTs (2%).

Se o tema foi explorado pelo viés cultura com alguma ênfase, o mesmo não pode ser dito sobre as Ciências Sociais. As contribuições de fontes desse campo totalizaram 3%, sinalizando para uma abordagem que tende para o artístico/perfomático e menos para uma produção cultural acadêmica. Medeiros, Ramalho e Massarani (2010) já observaram que a presença de cientistas dessa área nos jornais é bem menos expressiva do que a de pesquisadores das ciências duras.

O campo esportivo, onde a questão dos corpos trans é motivo de enorme controvérsia, respondeu por um percentual de fontes relativamente importante, apesar do número restrito de matérias publicadas na editoria. Cabe, portanto, uma ponderação. Em apenas uma das matérias foram mencionadas mais de 22 entidades esportivas. Um quadro trazia o posicionamento de cada uma delas sobre a participação de pessoas transgêneras em competições oficiais. O exemplo, de um lado, expõe a potência das fontes como categoria de análise e, por outro, demanda um permanente cotejamento com outros aspectos do dispositivo jornal para uma compreensão mais fidedigna. Essa percepção impede que se comparem os valores das fontes por si só.

Como já estudado por Ventura (2010), atores do campo jurídico têm sido importantes para construção social das identidades trans. Essa importância parece ser refletida e refratada pelo jornal. São oriundas deste campo as raras fontes mencionadas reiteradamente pela Folha. Silva (2017), ao estudar a relação entre jornalistas e fontes, constatou que menções recorrentes a informantes ocorrem com certa regularidade em determinados jornais e podem ser explicadas tanto por rotinas produtivas precárias que tornam certos entrevistados convenientes do ponto de vista do acesso quanto por relações estabelecidas entre os entrevistadores e seus informantes. No caso dos transgêneros, isso pouco ocorreu. No ano de 2018, os ministros do STF Luís Roberto Barroso, Carmen Lúcia e Ricardo Lewandowski foram as únicas fontes citadas repetidamente. O primeiro três vezes, resalte-se.

Representativos das coletividades, os movimentos sociais respondem por 7% das citações. Esse dado chama atenção se comparado ao percentual de pessoas trans. A tendência permite problematizar o lugar que os indivíduos e as entidades de representação coletiva disputam neste jornal.

Dois dos campos que são especialmente interessantes para a pesquisa, religião e saúde contribuíram com 7% e 5% das fontes, respectivamente. Enquanto os informantes do campo médico foram principalmente citados em notícias publicadas nas editorias de saúde (Equilíbrio) e esportes, a partir de fatos gerados dentro desses próprios campos⁸, os informantes do campo religioso encontraram espaço nas páginas dedicadas à política nacional (Poder), internacional (Mundo) e Cultura (Ilustrada), sugerindo uma permeabilidade ligeiramente maior. Cumpre reiterar que alguns atores classificados como do campo político também exercem atividade religiosa. Nesses casos, foi privilegiada a ênfase dada nos textos.

Por fim, classificamos as fontes trans segundo a nacionalidade: das 30 pessoas citadas, 53% eram brasileiras e 47%, estrangeiras. A presença equilibrada de entrevistados de fora do país, desde a primeira menção, sugere que a construção social da questão trans se ancora nas discussões globais de que o tema é foco.

⁸ A nova classificação na CID-11 e a presença de mulheres trans em equipes esportivas, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade do processo de construção social das identidades trans esteve presente nas páginas de um dos principais jornais brasileiros através de atores de diferentes campos. Em duas décadas, a proeminência que o tema ganhou em diferentes esferas foi acompanhada do crescimento expressivo do número de textos e fontes consultadas sobre o tema pela Folha de S.Paulo. Pessoas que vivem essa experiência em seus corpos disputam a produção dos sentidos sociais especialmente com atores dos campos político, artístico, esportivo e jurídico. Atores do campo religioso se inscrevem na arena com menor frequência. Fontes do campo médico também foram menos acionadas, sugerindo construções discursivas que tendem a se afastar de uma visão medicalizada dessas vivências. Refletir sobre como os regimes de verdade que eles representam são apropriados por outros campos pode ser um exercício importante para se entender como se entrelaçam.

O estudo das fontes permitiu conhecer, ainda que parcialmente, aspectos relacionados à questão trans num longo período de tempo. Trabalhos qualitativos com foco nos enunciados e junto às fontes citadas podem contribuir para se compreender em profundidade como se articulam os atores sociais e como ocorrem os processos.

REFERÊNCIAS

ANYON, J. Interseções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. **Cadernos de pesquisa**, 1990, n.73, p. 13-25.

ASSOCIAÇÃO DA PARADA DO ORGULHO LGBT (São Paulo). **Parada SP**. Disponível em: <<http://paradasp.org.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: A experiência vivida** (vol. 2). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BENTO, Berenice. Apresentação. In: BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017. p. 21-26.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Miceli. 6.ed. São Paulo, Perspectiva, 2005a.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5. Brasília, jan-jul. 2011, pp. 193-216.

BOURDIEU, Pierre. The political field, the social science field, and the journalistic field. BENSON, R; NEVEU, E. (eds.) **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005b.

BRASIL. Provimento nº 73, de 2018. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais. Brasília. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3503>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade Por Omissão nº 26. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 2019. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTRO, M.G. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos: gênero, raça e geração entre líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador. **Estudos Feministas**, 1992, p.57-73.

CLARKE, Adele et al. Biomedicalization: technoscientific transformations of health, illness and U.S biomedicine. **American Sociological Review**, v. 68, abr. 2003, p. 161-164.

COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral. As transexualidades na atualidade: aspectos conceituais e contexto. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (Org.). **Transexualidades: um olhar interdisciplinar**. Salvador: Edufba, 2014, p. 13-23.

CUNHA, Magali do Nascimento. “É preciso salvar a família”: gênero, religião e política no contexto do neoconservadorismo evangélico nas mídias do Brasil. In: VITAL DA CUNHA, Christiana; LOPES, Paulo Vitor; LUI, Janayna (Org.). **Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.

FOLHA DE S.PAULO. ‘Manual da Redação’ da Folha chega à 5ª e mais ampla versão. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, p. 3-4. 18 fev. 2018.

FOLHA DE S.PAULO. Com crescimento digital, Folha lidera circulação total entre jornais brasileiros. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 21 abr. 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/com-crescimento-digital-folha-lidera-circulacao-total-entre-jornais-brasileiros.shtml>>. Acesso em 21 jun. 2019

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

GIFFIN, K. Estudo de gênero e saúde coletiva: Teoria e prática. *Saúde em debate*, v. 46, p. 29-33, 1995.

LERNER, Kátia; VAZ, Paulo. “Minha história de superação”: sofrimento, testemunho e práticas terapêuticas em narrativas de câncer. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 21, n. 60, p. 153-163, Mar. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

32832017000100153&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 jun 2019. Epub Nov 03, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0822>.

MEDEIROS, Flavia Natércia da Silva; RAMALHO, Marina; MASSARANI, Luisa. A ciência na primeira página: análise das capas de três jornais brasileiros. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 439-454, June 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 jun 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702010000200010>.

MILLETT, Kate. **Política sexual**. Lisboa: Dom Quixote, 1969.

MOUILLAUD, M. O sistema de citações. MOUILLAUD, M.; PORTO, S. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UNB, 2012a, 3ª ed.

MOUILLAUD, M. Posturas do leitor. MOUILLAUD, M.; PORTO, S. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UNB, 2012b, 3ª ed.

REGO, Claudia de Moraes; MARCONDES, Carolina Costa. Leitura de um mal-estar na contemporaneidade: sexo, gênero e sexualização. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 24-34, June 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912018000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.18379/2176-4891.2018v1p.24>

RODRIGUES, Carla. BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 179, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100012>>. Acesso em: 30 jun. 201.

RODRIGUES, Erica Gomes. **Visibilidade trans na produção científica brasileira: contextos, temas, desafios e tendências**. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Informação e Comunicação em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: Notes on the "political economical" of sex. In: NICHOLSON, Linda (Ed.). **Second wave: A feminist reader**. Abingdon, Inglaterra: Routledge, 1997. p. 157-210.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, S.M.M; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan-jun. 2010.

SILVA, T.R.N. **Jornalistas e fontes: uma relação em movimento**. Temas, vozes e silêncios na Saúde de O Globo (1987-2015). 184 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde, 2017.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). **Observatorio de Personas Trans Asesinadas (TMM): Actualización TDoV 2018**. Disponível em: <<http://transrespect.org/es/trans-murder-monitoring/tmm-resources/>>. Acesso em: 30 jun 2019.

VALADARES, Carol. Ministério da Saúde habilita novos serviços ambulatoriais para processo transexualizador. Portal da Saúde. Brasília, 02 jan 2017. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/sgep/sgep-noticias/27154-ministerio-da-saude-habilita-novos-servicos-ambulatoriais-para-processo-transexualizador>> . Acesso em 21 ago.2017

VENTURA, Miriam. **A transexualidade no tribunal**: saúde e cidadania. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. (Coleção Sexualidade, gênero e sociedade)